

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.681 - PB (2019/0061410-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORE : DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JUNIOR E
S OUTRO(S) - PB004539
FELIPE DE BRITO LIRA SOUTO
AGRAVANTE : PARAÍBA PREVIDÊNCIA
ADVOGADOS : JOVELINO CAROLINO DELGADO NETO - PB017281
JULIENE JERONIMO VIEIRA TORRES - PB018204
AGRAVADO : MARCOS ANTONIO FIRMINO DA SILVA
ADVOGADOS : ANA CRISTINA DE OLIVEIRA VILARIM - PB011967
BIANCA DINIZ DE CASTILHO SANTOS - PB011898
JANAEL NUNES DE LIMA E OUTRO(S) - PB019191
ROMEICA TEIXEIRA GONÇALVES - PB023256

DECISÃO

Trata-se de dois agravos interpostos por ESTADO DA PARAÍBA e PARAÍBA PREVIDÊNCIA, contra decisão que inadmitiu recursos especiais com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ESTADO DA PARAÍBA, o Ente Público foi intimado pessoalmente da decisão agravada em 09/10/2017, sendo o agravo somente interposto em 06/12/2017.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos do art. 183, do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que

precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Quanto à irresignação de PARAÍBA PREVIDÊNCIA, constata-se que não existe recurso especial apresentado pelo ora agravante, e, conseqüentemente, qualquer decisão de admissibilidade que lhe tenha sido desfavorável.

O único recurso especial existente fora interposto pelo ESTADO DA PARAÍBA, o único interessado em reverter a decisão que inadmitiu seu recurso.

Assim sendo, não subsiste interesse recursal do ora agravante PARAÍBA PREVIDÊNCIA na interposição do presente recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço dos recursos.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente